

EDITORIAL

Trabalho, democracia e luta de classe

Giovanni Semeraro¹<https://orcid.org/0000-0003-4230-3598>¹Universidade Federal Fluminense, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, RJ, Brasil

Recebido em 25.09.2025. Aprovado em 29.09.2025. Revisado em 24.10.2025.

Aviltados e desacreditados como nunca se viu, trabalho, democracia e luta de classes vêm sofrendo um intenso processo de erosão. Os trabalhos destinados à maioria da população tornaram-se cada vez mais precarizados, intermitentes e desprotegidos; a democracia, reduzida a falsa retórica e rituais vazios, perdeu credibilidade; a luta de classes foi se dissipando do horizonte de trabalhadores dispersos e atomizados. Contudo, interligadas e complementares, essas atividades são vértebras constitutivas da vida humana e social. De modo que, ao penalizar e desestruturar o trabalho, comprometem-se a ação política e o exercício da democracia. Principal mecanismo desse processo de dissolução é a matriz destrutiva da (des)“ordem” implantada pelo neoliberalismo, sustentado por um imponente complexo industrial-militar. Além de guerras e devastações, o agravamento das crises econômicas, políticas, climáticas, migratórias e sanitárias geradas por esse sistema contribui para corroer ainda mais o trabalho, minar a democracia e debilitar lutas e organizações populares. Mais preocupante ainda é verificar que, não obstante esse cenário torne mais explícito como o capitalismo cria divisão de classes, desfigura o trabalho e é antitético à democracia, vem se alastrando a apatia política e o sentimento de impotência na sociedade. Parece que a exibição acintosa da força e da destruição acaba tendo um efeito hipnótico e paralisante sobre as massas. Por isso, sem se importar com a perda de hegemonia, os senhores da “ordem” vigente incrementam a supremacia econômica, tecnológica e militar, recorrendo cada vez mais ao arbítrio e a formas sofisticadas de fascismo travestido de democracia para se legitimar.

Já foi observado que “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual” (Marx-Engels, 1998, p. 48). Uma conjugação inseparável de poder que determina não só as modalidades e condições de trabalho, mas configura também o formato e a função da democracia vigente — consentida até que a classe dominante não seja ameaçada. Dessa forma, baseados nessa lógica, os que se apropriam da mais-valia produzida pelos trabalhadores conseguem desapropriar também o poder de decisão que pertence ao povo, tornando boa parte dos cidadãos meros figurantes, induzidos periodicamente a legitimar sua dominação. E, hoje, a totalidade desse poder torna-se ainda mais onipotente e onipresente pelo monopólio de sofisticadas tecnologias que fabricam incessantemente consensos de massa, controlam não só os corpos pelo trabalho instável e exaustivo, mas principalmente os sentimentos, o inconsciente e o imaginário — determinando comportamentos estandardizados e o tipo de sociabilidade.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ironicamente, os países que alardeiam ter introduzido a constituição da democracia moderna e se apresentam como “farol de civilização” tornaram-se o maior exemplo da sua desmentida. De fato, fecham fronteiras, erguem muros, fomentam o racismo, promovem novas formas de colonialismo, depredam o planeta, propagam medo e insegurança, multiplicam aparelhos de vigilância e repressão para controlar as massas e administrar a desordem que eles mesmos produzem.

Uma reação contra esse sistema ruinoso está surgindo de um conjunto de países do chamado Sul Global, aglutinados principalmente no bloco do BRICS, constituído em 2009. Suas audaciosas posições repudiam o colonialismo e o imperialismo e traçam o desenho de uma nova arquitetura mundial baseada na multipolaridade, na cooperação econômica e tecnológica, na autodeterminação dos povos e no respeito à diversidade. No entanto, mesmo com números significativos em termos de população, PIB, investimentos industriais, científicos e tecnológicos, esse projeto não é suficiente. Tal como ocorreu nas democracias ocidentais e também em países socialistas, o desenvolvimento econômico, os benefícios sociais e a expansão do consumo, ainda que necessários, não garantem a realização da democracia em seu sentido efetivo de socialização do poder econômico, político e cultural.

Para alcançar esse objetivo e criar uma civilização que supere o capitalismo e torne o planeta uma “casa comum”, além de planos vindos de cima, é necessário desencadear um conjunto de iniciativas voltadas a incrementar a subjetivação e o protagonismo político das massas populares na construção de uma democracia capaz de distribuir as riquezas produzidas por todos, universalizar os direitos e cuidar da natureza. Para habilitar indivíduos ao “trabalho qualificado e ao exercício da cidadania”, é decisivo promover “um progresso intelectual de massa” (Gramsci, Q 11, § 12, p. 1385) e criar condições para que os trabalhadores e as camadas populares possam se organizar, tornando-se sujeitos conscientes e autônomos, socializados e criativos — de modo a determinar os rumos da própria sociedade e dirigi-la democraticamente.

Nesse sentido, são fundamentais as análises elaboradas por Hegel, Marx e Gramsci. Hegel, de fato, mostra que o ser humano, ao produzir, construir objetos e transformar a natureza, constitui-se também como sujeito consciente e ser social. O trabalho, portanto, não é mero meio de sustentação, mas processo formador do ser humano e da sociedade — atividade substancial responsável não só pela produção material, mas pela constituição do próprio mundo, fonte de criação e de socialização (Hegel, 1996, § 199). Nas célebres páginas da dialética do “senhor e do servo”, na *Fenomenologia do Espírito* (Hegel, 1992, pp. 126ss), o trabalho é apresentado como processo de construção da consciência, de autoprodução do ser humano que, ao se objetivar no mundo, abre caminho para o reconhecimento do outro e a responsabilidade social. Por isso, à semelhança de J.J. Rousseau, também Hegel sustenta que somos livres na sociedade enquanto iguais na liberdade comum, enquanto partes de um todo construído pela participação e pelo trabalho de todos — em uma universalidade garantida por um Estado entendido como “totalidade orgânica do povo”, contraposto à dominação da “enorme riqueza dos privados” (Hegel, 1996, §§ 244–246) e à falsa comunidade de indivíduos atomizados e massificados pelo utilitarismo.

Marx reconheceu a essência constitutiva do trabalho captada por Hegel, mas a analisou a partir de um sujeito real (o proletariado) e dentro do contexto concreto das contradições do capitalismo — cujo sistema transforma a força de trabalho em mercadoria e aliena o ser humano de seus produtos, da natureza, de si mesmo e dos outros (Semeraro, 2013). Em consonância com as riquezas adquiridas pela burguesia por meio do colonialismo, da escravidão e da “acumulação primitiva” (Marx, 2003, p. 825ss), Marx desvela que o modo de produção engendrado pelo capitalismo no moderno sistema industrial subjuga o trabalhador assalariado com um contrato desigual, coagindo-o “a vender a si mesmo e à sua humanidade” e transformando-o em máquina de produzir mercadorias cujo valor é bem superior ao tempo empregado na fabricação e ao dispêndio das forças físicas e mentais do trabalhador.

Dessa forma, a “mais-valia” — o valor a mais produzido pelo trabalhador que não lhe é remunerado — é capitalizado pelo proprietário dos meios de produção, que acumula sem limites sua intocável propriedade privada e incrementa sua capacidade de investimento. Depauperado pelas precárias condições de vida, descartável e mutilado em sua atividade criadora, o trabalhador é posto em uma sociedade onde “a desvalorização do mundo humano cresce na medida em que cresce a valorização do mundo das coisas” (Marx, 1968, p. 75).

Frente a esse processo que divide a sociedade em classes, perverte o trabalho e desumaniza o ser humano, para Marx torna-se necessária a organização política e a luta de classes para combater a natureza destrutiva do capitalismo e criar a nova sociedade do “autogoverno dos produtores associados” — orientados a superar também o modelo de “democracia” moldado pela burguesia, a moderna casta da “comunidade dos senhores” (Losurdo, 2005, p. 216).

Gramsci, enquanto assimilava o pensamento de Hegel e Marx, forjava sua formação política no envolvimento com as lutas operárias de Turim e nas práticas de autogestão democrática vivenciadas pelos Conselhos de fábrica. À escola dessa experiência fundamental, foi elaborando muitas reflexões originais, aprofundadas nos *Cadernos do cárcere*. No texto “Americanismo e fordismo”, ao analisar “os novos métodos de trabalho indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida” (Gramsci, 1975, Q 22, §11, p. 2164), valoriza os avanços técnicos e científicos, as inovações e a eficiência no novo sistema de produção, mas mostra que o trabalhador continua sendo “desapropriado e anulado em sua atividade livre e criativa” (Gramsci, 1975, p. 2165), de modo que, por trás da aparência de “um novo tipo de civilização”, na América “permanecem imutáveis a estrutura social e a divisão de classe” (Gramsci, 1975, p. 2180).

Para Gramsci, a modernização do trabalho deve vir acompanhada pelo pensamento crítico e pelo protagonismo dos trabalhadores, qualificados com as mais avançadas fronteiras do conhecimento e da técnica, e formados na autodisciplina e na organização política. Condições essas necessárias para “criar a psicologia do produtor, do criador da história” (Gramsci, 1987, p. 238), apropriar-se do processo produtivo e da construção democrática da sociedade. Assim entendido, o trabalho, além do aprendizado qualificado para a produção, torna-se atividade de gestação da “democracia operária”. Uma concepção frontalmente oposta ao sistema implantado pelo capitalismo, onde “ao indivíduo escapa a complexidade da obra comum e, na sua consciência, o seu trabalho é desprezado até parecer-lhe facilmente substituível a cada instante” (Gramsci, 1975, Q 9, §67, p. 1138).

Desenvolvendo o conceito de “práxis” introduzido por Marx, Gramsci defende a formação integral do ser humano, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, a relação inseparável entre homem e natureza, indivíduo e sociedade, trabalho material e intelectual, estrutura e superestrutura — uma vez que não se pode separar “o *homo faber* do *homo sapiens*” (Gramsci, 1975, Q 12, §3, p. 1550), nem dissociar atividade produtiva da política. Por isso, “a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torna qualificado, mas que todo ‘cidadão’ pode tornar-se ‘governante’” (Gramsci, 1975, Q 12, §2, p. 1547). É preciso, portanto, integrar trabalho, ciência, tecnologia, economia, filosofia, política, educação e cultura — componentes inseparáveis para tornar os trabalhadores dirigentes da sociedade, “organizadores de todas as funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política” (Gramsci, 1975, Q 12, §1, p. 1522).

Em contraste com essa visão, a atual revolução digital e o desenvolvimento da robótica, apresentados como meios para reduzir o tempo de trabalho, unificar a sociedade e emancipar a população, mais uma vez favorecem a reestruturação do capitalismo, gerando uma concentração sem precedentes de poder e agravando as condições de trabalhadores flutuantes, descartáveis e desterritorializados (Antunes, 2008, p. 47–52). No Brasil, particularmente, a baixa remuneração, a falta de perspectivas, a pejotização e a escala 6 por 1 vêm provocando uma crescente migração dos trabalhos formais regidos pela CLT (e seus benefícios) para empregos informais e plataformas digitais, na busca ilusória de flexibilização e autonomia.

Hoje, torna-se mais visível como a desestruturação do trabalho cria um efeito devastador não só na vida pessoal e familiar, mas também na formação do tecido social, na consolidação do país e na identidade coletiva. Realidade preocupante que se repercute na falta de confiança nas instituições e na democracia, uma vez que cresce a indiferença e a aversão da população à política, o esvaziamento dos sindicatos, a desorientação dos partidos e a ineficácia das tradicionais formas de luta de classes. Ainda mais quando uma das mais estratégicas arenas dessa luta se trava no ciberespaço, dominado principalmente pelo oligopólio das *big techs*, que manipulam dados, determinam o fluxo das informações e o resultado das eleições “democráticas” — apropriadas por parlamentares que, em sua maioria, praticam negócios lucrativos, se protegem no corporativismo e na impunidade, e perpetuam a tradição das “promessas não cumpridas” da democracia burguesa (Bobbio, 1989, p. 10–12).

O resgate da natureza criadora do trabalho, da democracia e da luta de classes não ocorrerá com acomodações no sistema dominante, com políticas de redução de danos, nem com um “nacionalismo que considera as grandes massas populares como gado” (Q 6, §135, p. 799). Torna-se urgente articular e potencializar, nacional e mundialmente, as lutas das classes trabalhadoras com seus partidos e sindicatos, conectando-as com as inúmeras organizações sociais, atividades culturais, movimentos e grupos populares que reivindicam direitos e combatem, em diversas frentes e formas, a desigualdade, o racismo, as discriminações, a xenofobia, a destruição da natureza e da diversidade cultural. É enorme a potência subversiva e criativa do “poder popular” esparsa em muitas resistências, revoltas e insurgências no Brasil, na América Latina e no mundo. Faltam, no entanto, polos aglutinadores consistentes para canalizar e tornar eficaz esse poder constituinte e superar o “subversivismo esporádico e desorgânico” (Gramsci, 1975, Q 8, §25, p. 957).

Indo além de algumas vitórias pontuais, Marx alertou que “o verdadeiro resultado das lutas dos trabalhadores não é o sucesso imediato, mas a sua união a ser ampliada cada vez mais” (Marx-Engels, 2009, p. 18). Aponta na mesma direção Gramsci, ao sustentar que “o elemento decisivo de toda situação é a força permanentemente organizada” (Gramsci, 1975, Q 13, §17, p. 1588), não só no âmbito nacional, seu ponto de partida, mas também internacional, uma vez que “o proletariado é a classe internacional” (Gramsci, 1975, Q 14, §68, p. 1729) e que “o progresso real da civilização ocorre pela colaboração de todos os povos” (Gramsci, 1975, Q 11, §48, p. 1470), principalmente, dos colonizados e marginalizados que sofrem mais as catástrofes sociais e ambientais.

A profunda crise que atualmente atinge o coração do sistema imperial, erguido sobre a extração predatória das riquezas da natureza e do trabalho, vem gerando a expansão do fascismo no mundo — incrementado por uma sofisticada “guerra híbrida” travada com avançadas tecnologias militares, com o controle algorítmico de redes sociais, institutos ideológicos, *think tanks*, ONGs, igrejas reacionárias, lobbies, forças de repressão e atividades culturais capilarizadas em todos os setores sociais. Fragilizada e desqualificada, a democracia corre sérios perigos — assim como os trabalhadores e as forças populares dispersas e desguarnecidas. Fazer frente a essa onda não é tarefa simples, mas é um empreendimento imprescindível se quisermos evitar o colapso sociopolítico-ambiental e criar outro tipo de civilização. Sem se amedrontar, não se deve esquecer que, paradoxalmente, foi em circunstâncias perigosas e altamente tensionadas que, na história, ocorreram mudanças e grandes revoluções populares. Para além de todas as conquistas científicas e tecnológicas, o maior desafio do nosso tempo é se organizar para desencadear lutas de classe em nível nacional e planetário e se apropriar do poder que pertence ao povo — de modo a recriar o indispensável sentido vital do trabalho, da democracia e da política.

Referências

- ANTUNES, R., Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOBBIO, N., O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GRAMSCI, A. Quaderni del carcere: a cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975. (Sinalizados no texto com a letra Q, o número do caderno, do parágrafo e das páginas). [A tradução integral em português dessa obra pode ser encontrada gratuitamente no site da IGS-Brasil: <https://igsbrasil.org/>].
- GRAMSCI, A. L'Ordine Nuovo 1919-1920. Organizado por Gerratana-Santucci. Torino: Einaudi, 1987.
- HEGEL, G. W. F. Lineamenti della filosofia del Diritto: Diritto naturale e scienza dello Stato in compendio. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992. 2 v.
- LOSURDO, D. Controstoria del liberalismo, Roma-Bari, Laterza, 2005.
- MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, K. Manoscritti economico-filosofici del 1844. Torino: Einaudi, 1968.
- MARX, K.- ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K.-ENGELS, F. Manifesto del partito comunista. Tradução e introdução de D. Losurdo. Roma-Bari: Laterza, 2009.
- SEMERARO, G., “A concepção de trabalho na filosofia de Hegel e Marx”, in Revista Educação e Filosofia, UFU, vol. 27, n. 53, 2013.

Giovanni Semeraro

gsemeraro07@gmail.com

Professor Titular vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NUFIPE) e é bolsista de produtividade em pesquisa I D do CNPq.

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rua Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis s/n – São Domingos
Campus Gragoatá. Niterói, RJ – Brasil
CEP 24210-201

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Editores Responsáveis

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe

Ricardo Lara – Comissão Editorial